

CARTOGRAFIA SOCIAL DA ILHA DE COTIJUBA – BELÉM/PA¹

Ana Cláudia Duarte Cardoso²

Letícia Ribeiro Vicente³

Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira⁴

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n39p255

Resumo

O caso da ilha de Cotijuba, município de Belém (PA), é apresentado no texto a partir da visão de movimentos sociais locais sobre as potencialidades e fragilidades da ilha, apontadas em cartografia social, entrevistas e vivências. Observa-se que ações de iniciativa popular apoiam o modo de vida local em contexto de isolamento e controle público da terra, mas têm limitações

255

1. Este artigo toma por base as investigações dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Letícia Ribeiro Vicente e Rafaela Carolina Bulhões de Oliveira, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob orientação da professora PhD. Ana Cláudia Duarte Cardoso.

2. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará. Doutora em Arquitetura pela Oxford Brookes University. Professora do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Email: aclaudiacardoso@gmail.com

3. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Email: leticiavicente26@gmail.com

4. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Pará. Email: rafaelabulhoes.oli@gmail.com

que só poderão ser devidamente superadas com políticas públicas adequadas e perspectiva de longo prazo, que reconheçam as múltiplas faces e funções da ilha, sem reduzi-la à condição de periferia metropolitana.

Palavras-chave: Ilha de Cotijuba. Cartografia social. Movimentos sociais. Amazônia.

SOCIAL CARTOGRAPHY OF COTIJUBA ISLAND – BELÉM/PA

Abstract

The case of the Cotijuba Island, municipality of Belém (PA), is presented in the text from the view of local social movements about the potentialities and weaknesses of the island, pointed out in social cartography, interviews and experiences. It is observed that popular initiative action supports the local way of life in the context of isolation and public control of the land, but has limitations that can only be properly overcome with adequate public policies and long-term perspective, which recognize the multiple faces and functions of the island, without reducing it to the condition of metropolitan periphery.

Keywords: Cotijuba Island. Social Cartography. Social Movement. Amazon.

CARTOGRAFÍA SOCIAL DE LA ISLA DE COTIJUBA – BELÉM/PA

Resumen

El caso de la isla de Cotijuba, municipio de Belém (PA), se presenta en el texto desde la vista de los movimientos sociales locales sobre las potencialidades y debilidades de la isla, señaladas en cartografía social, entrevistas y experiencias. Se observa que las acciones populares de iniciativa apoyan el modo de vida local en el contexto del aislamiento y el control público de la tierra, pero tiene limitaciones que sólo pueden superarse adecuadamente con políticas públicas adecuadas y perspectivas a largo plazo, que múltiples caras y funciones de la isla, sin reducirla a la condición de periferia metropolitana.

Palabras-claves: Isla cotijuba. Cartografía social. Movimientos sociales. Amazon.

Introdução

Este trabalho adota como estudo de caso a ilha de Cotijuba, localizada no município de Belém (PA), para investigar as visões daquele território construídas pelos movimentos sociais que se constituíram na ilha ao longo da segunda metade do século XX, e têm atuado de forma não hierarquizada e solidária, desde a sua condição de ilhéus, isolados e “invisíveis” para a população continental, além de pouco compreendidos pelas estruturas administrativas da Prefeitura Municipal de Belém.

Belém é uma metrópole de 404 anos, polo metropolitano e capital do estado, mas configura-se como um território mosaico, que segue padrões típicos das metrópoles brasileiras (verticalização, concentração de serviços, exclusão social, degradação ambiental) na sua porção continental, enquanto expressa características amazônicas de urbanização incompleta nas ilhas, que consistem em 65,14% do seu território, e cuja população é pelo menos parcialmente sustentada pelo manejo histórico da biodiversidade local (CARDOSO; FERNANDES; LIMA, 2018. BELÉM, 2012).

São trinta e nove ilhas, das quais dezessete são habitadas (SILVA, 2010) e três contam com parcelas urbanizadas reconhecidas pelo Plano Diretor Municipal (BELÉM, 2008) como áreas urbanas, com características e regulação se-

melhantes às aplicadas à parte continental (Mosqueiro, Caratateura e Cotijuba). As ilhas contêm as áreas rurais do município e a maior concentração de vegetação preservada, permitindo a manutenção das estratégias de subsistência e geração de renda do camponês amazônico, baseadas no extrativismo de coleta, nas comunidades do meio insular. O portfólio de atividades da população camponesa da região combina uma série de atividades que se complementam e permitem a composição de renda em qualquer época do ano; assim, o extrativismo de coleta (pesca artesanal, coleta de frutos, produção de óleos) e a agricultura familiar ⁵ coexistem com empregos formais e atividades informais nos setores de comércio e serviços em áreas urbana. Tal estratégia vem sendo reeditada nas ilhas mais urbanizadas que oferecem as possibilidades de acesso às práticas rurais e aos empregos urbanos (como professor, agente de saúde, técnico de saneamento) no mesmo território.

Essa estratégia de composição de recursos (produção de alimentos para sustento e troca, uso de insumos re-

5. A agricultura familiar, diferente da agricultura industrial/patronal, é caracterizada pela gestão familiar da produção; na qual os responsáveis por ela estão ligados entre si por laços de parentescos e a mão de obra é fornecida pelos membros da família (ABRAMOVAY, 1997). Hébette (2004) explica a lógica da família camponesa da região, destacando que alguns membros são mantidos na área rural e outros enviados para a cidade, tendo em vista o trabalho assalariado e remessa de dinheiro para a família em momentos em que a produção rural é comprometida por imprevistos ou fatalidades.

tirados da floresta e assalariamento de alguns membros da família) é fator para a construção de autonomia, que compensa o difícil acesso dessas famílias às políticas públicas, devido à fraca presença do setor público em seus territórios. O fato de o camponês não trabalhar pautado por uma lógica de acumulação (COSTA, 2012) coloca-o fora da racionalidade econômica formal, que norteia visões de desenvolvimento pautadas pelo consumo ilimitado, por práticas homogeneizantes, pelo individualismo e pela exploração do outro e da natureza (LANG, 2017).

No caso de Cotijuba, a carência de acesso às políticas públicas orientou a resistência da população, que foi organizada em movimentos sociais ao longo das diversas formas de colonização impostas à ilha, seja como destino para usos indesejáveis (presídio), seja como espaço para colonização agrícola e negação da população e do modo de vida pré-existentes, ou como espaço a ser explorado pelo turismo ou pela urbanização contemporâneos. Após uma breve apresentação da Ilha de Cotijuba, o artigo contrapõe as possibilidades de desenvolvimento não violentas existentes em símbolos, saberes e processos locais, que vêm sendo geridos pelos movimentos sociais sob uma lógica alinhada às alternativas ao desenvolvimento apresentadas por Lang (2017), à fragilidade dessa construção, para explicitar uma agenda local, que deve ser (re) conhecida tanto pela própria população quanto por agentes públicos e privados.

Ambas as faces dessa realidade foram apontadas coletivamente, a partir da construção de cartografia social, entrevistas e vivências do cotidiano da ilha de Cotijuba, realizadas com o apoio do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) e da Cooperativa Agropecuária de Produtores de Belém do Pará (COPABEL) durante pesquisa de campo, conforme exposto no quadro 1. Além dessas fontes, foram consultados trabalhos acadêmicos e dados oficiais disponíveis sobre a ilha.

1ª etapa: maio de 2019	2ª etapa: outubro de 2019
Observação direta; levantamento fotográfico; aproximação com a comunidade; conversa com as líderes do MMIB.	Observação direta; levantamento fotográfico; entrevistas semiestruturadas com representantes de diferentes setores como comércio, hotelaria e agricultura, conversas informais, oficina de cartografia social.

Quadro 1 | Síntese das atividades realizadas nas pesquisas de campo
Fonte: elaboração própria

Dentre os passos metodológicos, destaca-se a oficina de cartografia social, realizada com nove mulheres integrantes do MMIB. A oficina consistiu em duas atividades; na primeira, as participantes descreveram por meio de desenhos ou textos: a) a disposição do seu lote ou área em que vivem; b) quais as edificações e os espaços do entorno e c) o tipo de acesso à rua, com destaque para quintais, locais de moradia, jardim e roçado. As participantes também escreveram ou desenharam o que poderia ser feito para melhorar o seu terreno e/ou entorno dele.

A segunda atividade foi dedicada à cartografia propriamente dita, iniciada com o levantamento das associa-

ções/grupos organizados da ilha e mapeamento das suas áreas de práticas agrícolas e extrativistas (de coleta e pesca), das áreas de comércio, de celebração (festividades e festas), dos locais de reunião e lazer das famílias e das brincadeiras das crianças, dos locais considerados mais bonitos e importantes para preservação, considerados de maior relevância turística, dos locais degradados e das trilhas utilizadas pelos moradores. Essas categorias foram previamente definidas pelas pesquisadoras para iniciar a discussão e possibilitaram a apresentação de novas categorias ou temas relevantes por parte das moradoras, que apontaram temas ligados à prestação de serviços públicos (saneamento, transporte público), provisão de infraestrutura (pavimentação, iluminação pública) e gestão do espaço público adaptado às necessidades de crianças e idosos, entre outros.

A cartografia social é apresentada por Araújo (2014) como um instrumento para dar visibilidade aos aspectos espaciais, sociais e culturais de interesse da comunidade de modo a apoiar a reivindicação de direitos. A metodologia extrapola as descrições quantitativas e inclui a participação comunitária na leitura territorial, articulando as percepções individual e coletiva (NETO; SILVA; COSTA, 2016). Tais mapeamentos têm sido utilizados por toda a América Latina para mediação de conflitos socioambientais, em territórios indígenas, quilombolas e para o entendimento de realidades socioculturais, em geral de comu-

nidades vistas como tradicionais. No Brasil essas práticas cartográficas foram difundidas na década de 1990, com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Desde então, o termo cartografia social vem sendo adotado em pesquisas que procuram extrapolar os atributos espaciais, incluindo elementos simbólicos (ritos, lendas, crenças) e outras categorias relacionadas a uma experiência de pertencimento coletivo (GORAYEBE; MEIRELES, 2014).

Breve caracterização da ilha de Cotijuba

A ilha é habitada desde períodos pré-colombianos e, a partir do século XVIII, recebeu diversos equipamentos e formas de ocupação: engenho de arroz (Fazendinha), hospital militar, educandário, presídio, colônia agrícola (RIBEIRO, 2014). Convivem, então, secularmente, formas de apropriação exógenas (com instalação de equipamentos ligados a interesses governamentais e colonização japonesa implementada durante a II Guerra Mundial), populações que manejam a biodiversidade (extrativismo de coleta e agricultura) e forte dependência do rio (único meio de acesso à ilha). A população atual da ilha também é resultante de um processo de migração da parte continental de Belém, de outros estados e municípios (SILVA, 2010) em busca de terrenos baratos.

Esse histórico resultou em uma ocupação híbrida, também condicionada pela sua geomorfologia, em que os territórios de várzea e mata de terra firme são considerados rurais, e a área das praias (de grande beleza cênica) e de ocupação mais consolidada da porção sul da ilha são consideradas urbanas, conforme o Plano Diretor do município (ver figura 1). Cotijuba é a terceira ilha mais extensa e mais populosa de Belém. Apresenta área de 1.580.71 ha e dista 22 Km (em linha reta) em relação ao centro da cidade (BELÉM, 2012). Em 2000 a ilha tinha 2133 habitantes (GUERRA, 2007) e, no censo do IBGE (2010), foram contabilizados 3365 moradores. Uma das coordenadoras do MMIB (A. M., 47 anos), informou que existem cerca de 5000 moradores atualmente, o que significa que em 20 anos a população mais que dobrou.

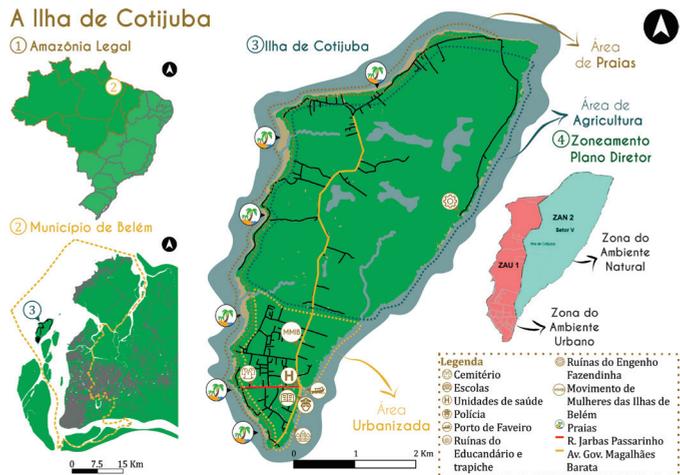


Figura1 | Mapa de localização do município de Belém e da Ilha de Cotijuba no município; zoneamento da Ilha de acordo com o Plano Diretor de 2008

Fonte: BELÉM (2008; 2013), GoogleEarth (2019) (Elaboração própria)

A mobilidade entre ilha e continente é feita somente por barco. Do trapiche de Icoaraci (distrito de Belém) até o trapiche Antônio Tavernard (na ilha), a viagem demora aproximadamente 45 minutos. Cotijuba é a única ilha (não ligada por ponte) que possui acesso por transporte público regular; desse modo, o trajeto pode ser realizado pelo barco da prefeitura, que durante os dias de semana

e em horários definidos, cobra o preço da passagem de ônibus municipal (R\$3,60), ou por barcos da Cooperativa de Barqueiros de Cotijuba (COOPERBIC), que atualmente cobram seis reais pelo trajeto em ambos os sentidos. Por um lado o valor dessas tarifas restringe a mobilidade dos ilhéus, cuja renda média não é informada via dados censitários, por outro, a inexistência de serviços bancários na ilha, de serviços especializados de saúde, assim como o vínculo de trabalho de parte da população, que apenas dorme na ilha, obrigam a uma pendularidade cara para o seu perfil socioeconômico.

Cotijuba possui alguns equipamentos públicos que a diferenciam das outras ilhas do município. Existem três escolas municipais (das quais duas são anexos de escolas do continente) e uma estadual (de ensino médio) (SEMEC, 2018) para atendimento dos jovens. Há uma unidade municipal de saúde e uma equipe do programa estratégia saúde da família (SESMA, 2018) instalados na ilha. Contudo, os deslocamentos internos da ilha são feitos a pé, de bicicleta, de moto e pelo bondinho (compartimento de passageiros ligado a um trator). Segundo a lei N° 7.768/95 (BELÉM, 1995), que estabelece normas quanto à circulação de veículos motorizados na ilha de Cotijuba, é proibida a circulação desses veículos, salvo para fins públicos ligados à saúde, segurança ou escoamento agrícola. Em 2015, a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (SEMOB), permitiu o processo de regulariza-

ção dos mototaxistas na ilha, popularizando ainda mais o modal, que já era utilizado pelos moradores informalmente (SEMOB, 2015).

Desde 2003 a ilha possui abastecimento de energia elétrica (AGÊNCIA PARÁ, 2017), o que aumentou a intensidade do comércio e do turismo local, pela possibilidade de conservação de mercadorias perecíveis (peixe, carne, frios, leite, etc.), estimulando a criação de pousadas (MELO, 2010). Desde então, o turismo (pousadas, transporte, restaurantes) e a agricultura familiar se destacam como atividades econômicas no contexto local; a produção familiar alimenta a própria ilha, vendida na feira local e parcialmente exportada para outras feiras, como a do Ver-o-Peso.

Sobre o saneamento básico, o Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Belém (BELÉM, 2014) aponta que a ilha de Cotijuba possui um sistema de abastecimento de poços rasos (2 poços de 30m de profundidade), localizado na Av. Jarbas Passarinho, conhecida como unidade do Farol. Durante a pesquisa de campo em Cotijuba, constatou-se que o abastecimento formal de água é realizado apenas na parte sul da ilha, sendo que nas demais localidades os moradores possuem poços. Não existe rede de esgotamento sanitário e os moradores criam soluções individuais como fossas sépticas. O lixo é coletado regularmente pela prefeitura e a Associação dos Catadores e

Catadoras de Materiais Recicláveis de Cotijuba faz coleta seletiva em alguns pontos da ilha.

Apesar de melhorias de infraestrutura, a ilha ainda não recebe a atenção governamental devida. Muitas soluções e regulações internas são criadas pelos próprios moradores por meio de movimentos coletivos, que buscam dar condições de transporte, produção agroextrativista, turismo, lazer e capacitação profissional.

O movimento social na ilha

A condição de isolamento da ilha em relação ao centro da cidade fez os moradores se unirem em grupos com propósitos específicos, formando associações ou movimentos. Apesar de a ilha já possuir alguma infraestrutura básica (transporte público desde o continente, energia elétrica, abastecimento de água e coleta de lixo) ainda há uma forte percepção de omissão do setor público, que é compensada por uma ação de regulação coletiva, tácita, em temas de interesse da vida cotidiana: transporte interno; alternativas de lazer; condições da prática de agroextrativismo; práticas de parcelamento; uso e ocupação do solo, e nas soluções de saneamento. O quadro 2 apresenta os grupos organizados da ilha que foram citados durante as entrevistas e a oficina.

Associações e Cooperativas Relacionadas a/ ao...

Transporte de Passageiros	Produção de alimentos e Coleta/ Extrativismo	Práticas de Cidadania e de preocupação socioambiental
Cooperativa dos barqueiros da ilha de Cotijuba (COOPERBIC)	Cooperativa Mista de Cotijuba- extinta	Associação dos catadores e catadoras de materiais recicláveis de Cotijuba
Associação dos Mototaxistas da ilha de Cotijuba	Associação de produtores a ilha de Cotijuba (APIC) - extinta	Associação de Moradores da ilha de Cotijuba e ilhas adjacentes (AMICIA)
Associação dos Charreteiros da ilha de Cotijuba	Grupo de mulheres da Associação de produtores da ilha de Cotijuba	Associação comunitária cultural e Beneficente de Cotijuba
Cooperativa de transportes para a Ilha de de Cotijuba	Cooperativa agropecuária de produtores de Belém do Pará (COPABEL)	Associação dos moradores da comunidade da Praia do Vai- Quem- Quer
	Associação dos pescadores artesanais das ilhas de Belém: Cotijuba, Jutuba, Paquetá, Nova Barra (AGRIC)	Movimento de mulheres das ilhas de Belém (MMIB)
	Cooperativa dos pescadores e trabalhadores na agropecuária da ilha de Cotijuba (COOPETARI)	

Quadro 2 | Movimentos sociais da Ilha de Cotijuba

Fonte: Elaboração própria

Os movimentos sociais cumprem um papel importante na ilha e contam com autonomia na criação das agendas a serem seguidas. Decidem, por exemplo, como regular e quanto cobrar no transporte interno, o que plantar e para quem vender. O agroextrativismo familiar também constrói soberania alimentar, permitindo a manutenção dos hábitos e identidade gastronômica local, por meio da venda de hortaliças e frutas da ilha na feira local, do excedente da produção das famílias. Essa prática reduz a necessidade de importações do continente e tem ampliado as exportações da ilha, com a destinação de hortaliças e frutos para feiras da Belém continental.

O MMIB (ver quadro 3) foi o movimento mais colaborativo para a realização da pesquisa, abrigou a oficina, identificou os setores da ilha, conforme condições de uso e ocupação da terra, e indicou possíveis entrevistados baseados nos diversos setores da ilha. Além de diversas atividades de capacitação profissional e do fortalecimento do agroextrativismo, atualmente o movimento atua no território por meio de uma rede de turismo de base comunitária que oferece roteiros ⁶, em que o MMIB promove a correspondência entre as paradas dos turistas e os serviços oferecidos pela comunidade (A. M., 47 anos).

6 Os roteiros turísticos foram propostos em parceria com as Faculdades de Turismo da Universidade Federal do Pará, da Faculdade Pan Amazônia e da Universidade da Amazônia e com o Ecomuseu da Amazônia, já incorporados por agências de turismo, como a Vivenciar, sediada em Belém, a Vivejar, baseada no Rio de Janeiro, e com a Estação Gabiraba, do Amapá. Um exemplo de roteiro é a visita às ruínas do Educandário, após a chegada à ilha, seguida de um café da manhã (em restaurante de associada do movimento), visita à sede do MMIB para apresentação das ações do movimento, visita à casa de uma família de agricultores, e término na praia, no empreendimento de outra mulher associada.

O MMIB foi criado em 1998 como uma associação sem fins lucrativos a partir do GMAPIC, que integrava a APIC. Na antiga associação as mulheres não eram ouvidas e não tinham o poder de decisão. O movimento surgiu visando ao fortalecimento comunitário, geração de renda, capacitação profissional e inclusão social, com destaque para o protagonismo da mulher.

Em 1999 o movimento obteve o primeiro financiamento externo, a partir da aprovação do projeto Sons da Ilha (aproveitamento de restos de madeira para criação de instrumentos musicais) em parceria com o grupo Comunidade Solidária, que envolveu uma turma de 50 jovens, que contaram com bolsa de estudos por um ano. Essa iniciativa de capacitação preparou mulheres que hoje são membros do movimento, incluindo a própria coordenação. Em 2002 o MMIB foi formalizado e desvinculado da APIC. O movimento conta com sede própria, adquirida por meio de financiamento coletivo (recursos das mulheres participantes), localizada na Av. Magalhães Barata, nº 935. A sede original foi expandida, com anexação de outros lotes até atingir a configuração atual, que permite a sua utilização para diversos tipos de evento de capacitação, socialização, ou festividade de interesse da comunidade, constituindo-se, portanto, em importante equipamento público na ilha, que oferece uma sala de leitura com mais de 300 livros para a população da ilha.

O MMIB não é filiado a partidos políticos nem recebe incentivos governamentais. Desde 2002 possui parceria com a empresa Natura para produção de priproca (cultivo), e mais recentemente para coleta do fruto tucumã. Apesar da parceria com a empresa, as famílias têm produção diversificada e não dependem exclusivamente dela. A percepção local é de que isso dá autonomia aos moradores, prevenindo a dependência financeira de uma única fonte de renda. Atualmente há outros institutos e empresas parceiras, como o Instituto Peabiru, a Mapiquani Design, o FMAP, o GMB, e a empresa Beraca.

O MMIB fortalece as práticas citadas, além do artesanato de bijoias e de vários projetos que atendem desde os jovens da comunidade, com curso de informática básica, até a terceira idade, como o Projeto Vida & Companhia, que oferece lazer e atividade física para os idosos.

Quadro 3 | Histórico e genealogia do Movimento de Mulheres da Ilha de Cotijuba

Fonte: pesquisa de campo; MMIB (*online*)

271

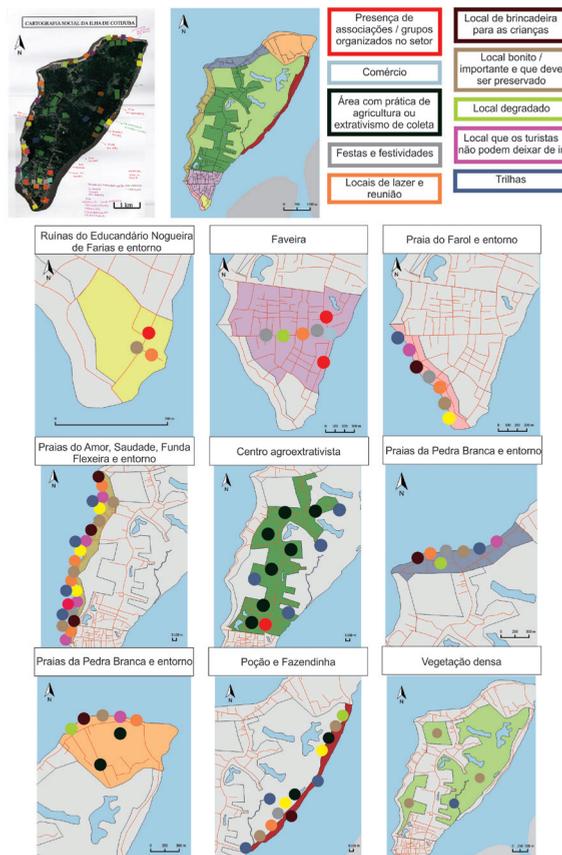
Desse modo, o MMIB é o articulador de uma rede de solidariedade que se realiza em espacialidades diversas, fortalecendo os movimentos comunitários. Tornou-se referência dentro da ilha, reconhecida pela população.

Outro parceiro da pesquisa foi a COPABEL, que reúne aproximadamente 100 famílias de produtores orgânicos, com um portfólio de mais de 30 produtos, que são destinados à ilha e à merenda escolar oferecida em escolas da rede pública, a partir de parceria com a Prefeitura Municipal de Belém (compradora), e com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará, provedora de assistência técnica (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, 2017). Graças a essa iniciativa, 70 mil alunos da rede

municipal recebem alimentos orgânicos (hortaliças e frutas - tais como couve, cebolinha, cheiro verde, feijão verde, cariru, chicória, alface, macaxeira, banana e limão). A possibilidade de vender para prefeitura e receber auxílio técnico provocou o retorno de muitas famílias para a atividade agrícola e o ingresso de outras que nunca haviam trabalhado nessa atividade. A produção mensal da cooperativa é superior a 120 toneladas destinada à merenda escolar e às feiras da Região Metropolitana de Belém (AGÊNCIA BELÉM, 2019).

A cartografia da ilha

Os resultados da cartografia produzida na oficina estão consolidados no quadro 4, que resultou na subdivisão da ilha em nove setores, claramente distintos, a partir do histórico de uso e ocupação da ilha, das características da geomorfologia (com destaque para as praias), da intensidade da presença de vegetação. A exemplificação de lugares destacados na cartografia está presente nas fotos do quadro 5. Constatou-se que as praias são a principal referência na paisagem, bem como o principal espaço público e de sociabilidade da ilha. É muito comum o uso da praia como indicação de endereçamento: “moro na praia do Farol”; ainda que a pessoa não more efetivamente na beira da praia, mas sim em seu entorno. A abrangência geográfica da área de uma praia não é algo objetivo e varia de acordo com a percepção de cada morador.



Quadro 4 | Consolidação da oficina de cartografia social: setorização da ilha e ocorrência de atividades

Fonte: elaboração própria



1 Trapiche Antônio Tavemard 2 Ruínas do Educandário Nogueira de Farias 3 Av. Jarbas Passarinho (Faveira) 4 Praia do Farol
5 Praia do Val - Quem - Quer 6 Plantação de Jambu em casa de agricultor 7 Lote na área rural da ilha 8 Casa com plantas ornamentais

Quadro 5 | Fotos da ilha de Cotijuba
Fonte: fotos de Leticia Vicente e Rafaela Oliveira

Existem outras nomenclaturas para regiões específicas, não vinculadas nem às praias nem às ruas, mas às referências históricas - como ocorre com a Fazendinha, ruína que é referência para toda a região do entorno do antigo engenho, ou com o Seringal, área de antigo plantio de seringueiras que é referência para o seu entorno. A Faveira corresponde à parte mais ao sul e urbanizada da ilha e o Poção corresponde à região adjacente à praia da Pedra Branca. O centro da ilha concentra os grandes lotes dedicados às práticas agrícolas, que são circundados por florestas e braços de rios.

As áreas mais urbanizadas foram consideradas degradadas pelas participantes da oficina e a Faveira foi um dos poucos setores não citado como um local importante ou bonito e que mereça ser preservado. Muitas moradoras demonstraram preocupação com a sucessiva subdivisão de lotes, que os tornam cada vez menores e desmata-

dos. Outro ponto associado à degradação é a retirada de areia e pedra, tanto da orla quando do centro da ilha.

A paisagem da Faveira é semelhante àquela existente na periferia da Belém continental, onde há um maior adensamento de edificações. Há menos vegetação e área disponível para práticas de agricultura, extrativismo, criação de animais (as formas típicas de sustento ou complementação de renda). Nessa região o uso de casas de alvenaria é recorrente e o parcelamento é mais definido pelas ruas principais do que pela ocupação de margem de rio; há uma política clara de loteamento e cercamento individualizado, ainda que o controle da terra ocorra na condição de posse, já que o território da ilha é terra pública federal, sob gerência da Secretaria do Patrimônio da União.

Por outro lado, nas partes não urbanizadas da ilha prevalece a prática do agroextrativismo familiar com regime de compartilhamento da terra entre membros de uma mesma família. Nessas áreas as comunidades têm baixas densidades construtivas com baixo impacto sobre a vegetação (mata) e sobre os cursos d'água. Tais comunidades realizam serviços ambientais (preservação) e abastecem as feiras da cidade com produtos oriundos da floresta, contribuindo para a cultura e segurança alimentar. As funções socioambientais ainda são ignoradas pelos mecanismos oficiais de regulação do território municipal e invisibilizadas nos dados oficiais e nas políticas públicas (VICENTE, CARDOSO, 2018). As praias de rio constituem

uma paisagem de grande beleza cênica, que tem sido progressivamente apropriada para fins turísticos, atividade explorada majoritariamente pela própria comunidade, apesar dos anúncios esporádicos na mídia local de projetos de implantação de *resorts* com capital internacional.

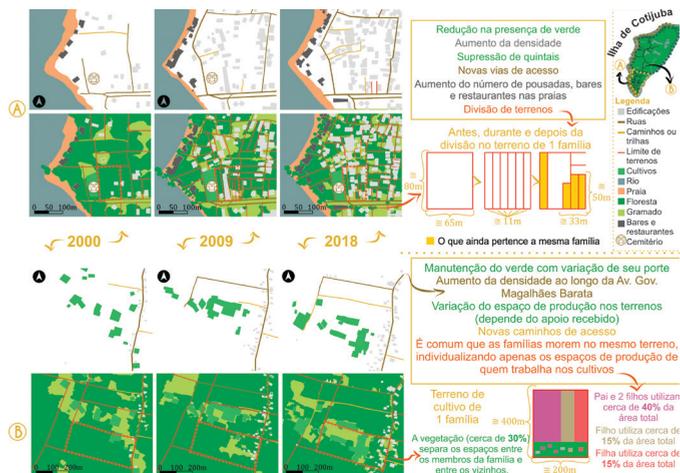
Após a caracterização dos setores, os moradores apontaram a carência de espaços públicos de permanência e lazer para as crianças, bem como a necessidade da provisão de saneamento básico, desde a pavimentação até o acesso, tratamento, e despejo de água e esgoto, como os principais problemas enfrentados. Na microescala tornou-se evidente a inexistência de cercamento entre edificações de uma mesma família na área rural, assim como a mudança dessa situação na área urbanizada. A figura 2 ilustra o desenho de uma participante apresentando o arranjo espacial de uma família que tem sua residência, pousada e plantação compartilhando o mesmo terreno próximo à praia; a figura 3 ilustra caso semelhante, mas de menor complexidade. Todas as participantes da oficina destacaram a natureza como ponto fundamental da vida na ilha, seja por meio do cultivo de árvores frutíferas ou de jardins. Esses elementos foram associados à tranquilidade e esta como fator determinante para permanência das participantes na ilha.

As participantes da oficina relataram que a variedade e quantidade de vegetação muda conforme o tamanho dos terrenos. Nos terrenos maiores existe maior variedade de vegetação, com hortas para subsistência ou para venda; nos menores há pomares (açazeiro e cupuaçuzeiro foram os mais citados) e próximo às praias é comum que parte do terreno seja destinada a construção de pousadas e/ou restaurantes. As plantas ornamentais são comuns na frente e ao redor das casas, colorindo as ruas.

Na oficina as participantes apresentaram suas demandas para a ilha: local para fazer artesanato, local para criação de aves, área de lazer para crianças, posto de saúde, academia ao ar livre, área de reserva ambiental, regulação para evitar o adensamento e descaracterização da ilha, saneamento básico, rua bloquetada (pavimentada), iluminação pública e lixeira nas praias, o que indica o quanto a degradação, o processo de conversão de uso e perda de vegetação são relevantes. Além desses itens houve destaque para a área de cultivo de plantas medicinais para produção de remédios naturais - o item mais desejado das participantes da oficina, destacando a relevância da cultura e da ancestralidade do povo paraense, que busca tais produtos na feira do Ver-o-Peso.

Os arranjos especiais da ilha de Cotijuba

A recorrência de menções ao processo de subdivisão da terra pelas participantes da oficina motivou a investigação da evolução do parcelamento em duas frações de território, na parte sul e urbanizada na ilha (“A”) e na área florestada ao norte (“B”), conforme exposto no quadro 6, elaborado a partir das pesquisas de campo e da comparação de imagens de satélite de 2000, 2009 e 2018, disponíveis na plataforma GoogleEarth. A área “A” destaca uma quadra que sofreu aumento da densidade construtiva, subdivisão dos lotes para venda e introdução de novos agentes no espaço (migrantes), indicando ocorrência de especulação imobiliária (GOMES, 2001), na medida em que a lógica de apropriação da terra seguida no continente (prevalência do valor de troca sobre o valor de uso) vem sendo importada pelos ilhéus e pelos novos habitantes. A área “B” destaca um terreno de produção agrícola localizado na parte central da ilha, pertencente a uma família integrante da COPABEL, onde ocorre redução na vegetação de grande porte.



Quadro 6 | Formas de ocupação na ilha de Cotijuba
 Fonte: GoogleEarth; pesquisa de campo. Elaboração própria

Na prática está em curso uma urbanização similar à da periferia da Belém continental. Esse fenômeno é ilustrado pelo caso de subdivisão de lote familiar, localizado em uma quadra típica da área “A”, de um terreno de 65m x 80m em seis terrenos (um para cada filho) de 11m x 80m. Os filhos que não moram mais em Cotijuba venderam suas parcelas para forasteiros e os novos donos romperam com a tipologia habitacional, eliminaram os quintais produtivos e construíram muros para delimitação dos lotes, que antes era feita por meio de vegetação. Com a redução do terreno inicial, os filhos remanescentes, que

trabalhavam em um pequeno roçado para obtenção de renda extra, deixaram de produzir e se sentiram impelidos a vender os fundos dos terrenos, onde ainda existia vegetação de grande porte, abrindo mão do seu modo de vida, em troca de renda fundiária. A família em questão ainda possui cerca de um terço do terreno original, sendo que o terreno de um dos membros da família já está sem conexão com a parcela remanescente que aglutina as frações dos demais membros.

A figura 4 mostra um “instantâneo,” um retrato da situação em curso na parte remanescente, na parcela do terreno ainda pertencente à mesma família. Existe um quintal comum para duas casas onde há criação de galinhas, área para estender roupa e espaço destinado à organização de sacos de carvão, que são vendidos em uma pequena barraca em frente a uma das casas. Há uma parcela do terreno coberta de vegetação nativa, por pertencer a um dos filhos que não mora na ilha.

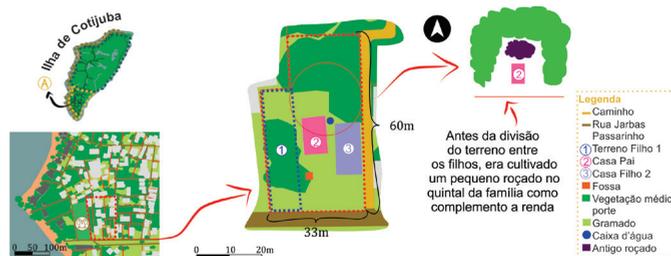


Figura 4 | Terreno de uma família na área sul da ilha
Fonte: GoogleEarth; pesquisa de campo. Elaboração própria

Enquanto na área “B” (na região central da ilha), a figura 5 ilustra a ocupação de um lote familiar (com uma edificação para cada núcleo familiar constituinte) de 400m x 200m, com os múltiplos espaços necessários para produção/geração de renda e moradia. O terreno da família manteve a área vegetada, mas modificou o porte da vegetação. A decisão de alterar a composição da vegetação do lote foi tomada pela família sem consideração aos parâmetros da legislação ambiental, indicando a fundamentação dessa prática entre o que é conhecido por meio da experiência/cultura e a necessidade da família. Apesar da construção de casas para cada núcleo familiar, não houve divisão do terreno, com manutenção do compartilhamento da área de produção pela família extensa, ainda que cada núcleo familiar menor possua sua área de cultivo específica para tirar seu sustento. Essa prática reduz o impacto da produção sobre os recursos naturais disponíveis.

Nessa parte da ilha, o espaço dos quintais é bastante diversificado e conta com depósitos para ferramentas e para produtos recém-chegados da horta. No quintal mais próximo, as famílias costumam plantar árvores frutíferas para consumo próprio, como cupuaçu e açaí, além de espécies de interesse medicinal comumente utilizadas para tratar doenças mais simples. No caso ilustrado, a produção de mandioca da família é levada a uma pequena casa de farinha para preparo, para abastecimento de todos os membros da família sem destino de excedente

para vendas. Isso mostra que, apesar da produção de cada núcleo familiar ser separada, há uma relação de troca e colaboração entre a família ampliada.

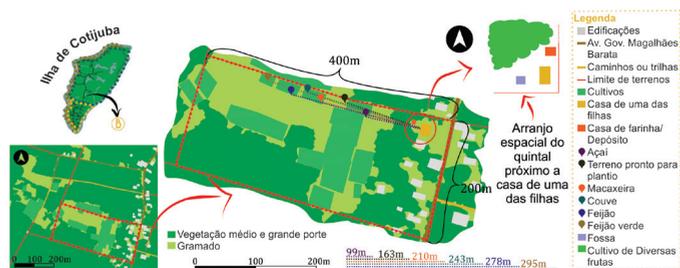


Figura 5 | Terreno de uma família na área central da ilha
Fonte: GoogleEarth; pesquisa de campo. Elaboração própria

A família estudada na área “B” informou que o principal sustento sempre veio do cultivo de hortaliças e de sua comercialização na feira da Faveira e nas feiras de Icoaraci, mas, devido à falta de incentivo e apoio, chegaram a abandonar a produção e trabalhar no mercado informal de transporte por algum tempo. A partir da parceria da CO-PABEL com a Prefeitura de Belém, a produção da família voltou a crescer.

Conclusão

Apesar do isolamento e restrição de acesso (unicamente pelo rio) da ilha, após a chegada da energia elétrica, na década de 2000, tem havido progressivo aumento populacional e adensamento construtivo. Isso pode ser ex-

plicado pela facilidade de transferência de posse (em se tratando de terra pública), que torna as negociações mais acessíveis para os grupos populares, uma vez que um lote com dimensões maiores do que as encontradas na periferia da Belém continental pode ser adquirido por cerca de dois mil reais. Desse modo, a ilha tornou-se uma alternativa para construção de casas permanentes (ocupação de baixa renda), para atividades ligadas a um turismo comunitário e popular (pousadas, roteiros turísticos, restaurantes, casas de veraneio) em concorrência às atividades de manejo da terra (realização do agroextrativismo familiar).

A organização da comunidade tem sido o único instrumento para modular o ritmo de transformação das condições de uso e ocupação do solo na ilha, por meio do compartilhamento de saberes e da soberania para tomada de decisão solidária. A atuação do setor público historicamente priorizou a provisão de infraestrutura, o que é claramente insuficiente para o pleno atendimento das necessidades da população, que tende a ter visão de curto e médio prazo dos processos e necessita de suporte técnico para entender as condições de inserção da ilha no contexto metropolitano. A geomorfologia da ilha é frágil e a vegetação é necessária para controle da erosão do solo, umidade e irradiação solar, qualidade e velocidade de ventos (TSILINI *et al*, 2015), indicando que há serviços ecossistêmicos a serem contabilizados nos processos de

transformação de interesse metropolitano, face à necessidade de conservação da biodiversidade, adaptação e mitigação das mudanças climáticas nas cidades (GRAFIUS; CORSTANJE; HARRIS, 2018); assim como potencial de inclusão social e respeito à identidade cultural, considerando a contribuição dos ilhéus à produção de alimentos e redução da pobreza por meio da agricultura urbana (AQUINO; ASSIS, 2007).

Essas questões justificam uma ação específica para as ilhas e, para a Ilha de Cotijuba em particular, para que a riqueza de suas múltiplas dimensões não se restrinja à disputa pela terra, como mera periferia da Belém continental, sem atenção ao seu potencial para produção e reprodução de um modo de vida de base agroextrativista, além dos potenciais ambiental e paisagístico. A ação oficial necessária, e estratégica, para esse contexto, é oposta à direção apontada pela atual gestão federal, que anunciou a intenção de privatização dos imóveis da União⁷, e sua destinação a empreendimentos turísticos de grande porte, possibilidade que causaria uma mudança radical em todos os processos virtuosos identificados nessa pesquisa.

7. Ver notícia veiculada pelo site *The Intercept* Brasil (COSTA, 2019) sobre o planejamento da concessão de terras públicas para usos privados. Foram listadas 222 propriedades em 17 estados, entre ilhas, imóveis, assentamentos, unidades de conservação. Em Belém, entre outras propriedades, aparecem na lista a ilha do Combu e a ilha de Cotijuba

Espera-se que a sistematização da percepção da comunidade sobre os arranjos espaciais praticados em Cotijuba, acessada por meio da cartografia social e de entrevistas, ofereça subsídios para políticas públicas e realimente a organização comunitária. O quadro 7 apresenta itens de uma agenda com recomendações de ações possíveis para as famílias e para os setores público e privado, com foco na gestão do espaço construído da ilha, para que ela não perca suas principais potencialidades (sociais, ambientais, paisagísticas, econômicas).

Famílias	<ul style="list-style-type: none"> ● Respeitar os afastamentos dentro do lote mantendo espaços vegetados, como o jardim e o quintal; ● Evitar a subdivisão dos lotes adotando tipologias habitacionais coletivas ou uso compartilhado da terra entre uma mesma família; ● Manter a ocupação horizontal com limite de gabarito; ● Manter a várzea com construções de baixa densidade, considerando-a como área natural de drenagem.
Setor público	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver um código de posturas local; ● Criar áreas/ equipamentos públicos para a população voltados aos diversos públicos (crianças, idosos); ● Diferenciar o preço de transporte público para moradores da ilha; ● Restaurar, dar uso e destacar a relevância histórica das ruínas do Educandário Nogueira de Farias e das ruínas da Fazendinha (antigo engenho); ● Preservar as Áreas de Proteção Permanente com baixas densidades populacionais e construtivas; ● Complementar a infraestrutura como: rede de saneamento básico (priorizando soluções de infraestrutura verde), pavimentação (com pisos permeáveis), iluminação pública, arborização pública; ● Implantar banco e/ou casa lotérica para pagamentos; ● Fortalecer o artesanato, o agroextrativismo familiar com produção orgânica e o turismo comunitário e ecológico; ● Restringir a entrada do setor privado de grande capital; ● Recuperar áreas ambientalmente degradadas (como em erosão); ● Criar áreas de preservação, analisando quais polígonos podem ser de uso sustentável e quais de preservação integral.
Setor privado	<ul style="list-style-type: none"> ● Diferenciar o preço do transporte interno para os moradores; ● Incentivar/prover espaços com usos culturais; ● Priorizar o turismo de base comunitária; ● Reconhecer e manter as trilhas de conexão internas aos terrenos; ● Não explorar os recursos naturais em larga escala – tais como areia e pedra; ● Não realizar o bloqueio visual ou de acesso físico à orla (por privatização/ cercamento); ● Agregar valor aos produtos extraídos ou produzidos na ilha.

Quadro 7 | Agenda para políticas públicas e comunitárias

Fonte: elaboração própria

Por último, ressalta-se a riqueza de visões e possibilidades existentes no universo de uma ilha inserida em um contexto metropolitano amazônico, onde a proximidade da metrópole constitui mercados interessantes. No entanto, esses mercados não devem se tornar predadores, na medida em que não são capazes de oferecer oportunidades e condições de vida equivalentes àquelas que têm sido possíveis pelo trabalho solidário e muitas vezes “soberano”, pela ausência de outras instâncias de decisão e apoio, dos camponeses amazônicos que povoam as ilhas da região.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e uso do solo. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 73- 78, abr/jun, 1997.

AGÊNCIA BELÉM. **Agricultura familiar gera renda e garante qualidade na merenda escolar**. AGÊNCIA BELÉM, 2019. Disponível em: <<http://agenciabelem.com.br/Noticia/204679/agricultura-familiar-gera-renda-e-garante-qualidade-na-merenda-escolar>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

AGÊNCIA PARÁ. **Mosqueiro e Cotijuba: roteiros turísticos que unem beleza e história**. AGENCIA PARÁ, 2017. Disponível em: <<https://agenciapara.com.br/noti>

cia/1661/>. Acesso em: 10 out. 2019.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007.

ARAÚJO, E. Cartografia social e populações vulneráveis. **Rede Nacional de Mobilização Social**, 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

BELÉM. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: Prefeitura Municipal de Belém. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2017/06/1_01_Caracterizacao-do-Territorio.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BELÉM. **Lei nº 7768 de 02 de outubro de 1995**. Estabelece normas quanto a circulação de veículos motorizados na ilha de Cotijuba e dá outras providências. Belém: Diário Oficial do Município de Belém, 1995.

BELÉM. **Lei nº 8655 de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Diário Oficial do Município de Belém, 2008.

BELÉM. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário De**

Belém – Pará. V. 1. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2014.

CARDOSO, A.C.; LIMA, J.J.; FERNANDES, D. Belém: quatro décadas da região metropolitana de Belém, uma variante do processo de metropolização brasileiro. In: RIBEIRO, L.C.; RIBEIRO, M. **Metrópoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010.** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

COSTA, B. **Aluga-se o Brasil.** *The Intercept* Brasil, 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/10/15/bolsonaro-alugar-areas-publicas-turismo/?fbclid=IwAR2budd8p3jP8mrnJhTyJpAazQgmiDJs1G2ARnewpaXvyiR3aOT_FZMJJ50>. Acesso em: 10 out. 2019.

COSTA, F. A. Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico. In: MALCHER, M.; MARQUES, J.; PAULA, L. **História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia.** São Paulo: Acquerello, 2012.

GOMES, E. L. dos S. **Ilha de Cotijuba e experiência de ecoturismo comunitário no estuário amazônico.** 2001. Monografia. (Especialização, Núcleo de altos Estudos Amazônicos), Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

GORAYEB, A.; MEIRELES, J. Cartografia social vem se consolidando como instrumento de defesa de direitos.

Rede Mobilizadores, 2014. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/coep/Publico/consultarConteudoGrupo.aspx?TP=V&CODIGO=C20142610482831>>. Acesso em: 10 out. 2019.

GRAFIUS, D.R.; CORSTANJE, R.; HARRIS, J. A. Linking ecosystem services, urban form and green space configuration using multivariate landscape metric analysis. **Landscape Ecology**, v. 33, p. 557-573, 2018.

GUERRA, G. **Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da Ilha de Cotijuba**. Belém: Unama, 2007.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004.

LANG, M. Introdução. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MELO, O. **O lugar e Comunidade na ilha de Cotijuba**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MMIB [online]. **Quem sou eu**. Disponível em: <<http://movimentodemulheres-mmib.blogspot.com/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

NETO, F. O.; SILVA, E. V.; COSTA, N. Cartografia Social instrumento de construção do conhecimento territorial: reflexões e proposições acerca dos procedimentos

metodológicos do mapeamento participativo. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 18, n. 2, p. 56-70, set. 2016.

RIBEIRO, B. **A natureza nas lógicas de ocupação da Ilha de Cotijuba, Belém (PA)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO. **Produtos de cooperativa agrícola de Cotijuba reforçam a merenda escolar**. SEPLAN, 2017. Disponível em: <<http://www.seplan.pa.gov.br/produtos-de-cooperativa-agr%C3%ADcola-de-cotijuba-refor%C3%A7am-merenda-escolar>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SEMEC. Secretaria Municipal de Educação [Belém]: **Escolas municipais**. SEMEC, 2018. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semec/site/?page_id=79>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SEMOB. **Semob começa a regularizar serviço de mototáxi em Cotijuba**. SEMOB, 2015. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/semob/site/?p=3003>>. Acesso em 20 jan. 2020.

SESMA. **Secretaria Municipal de Saúde [Belém]**. SESMA, 2018. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=12>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, S. **Belém e o ambiente insular**. Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2010.

TSILINI, V. *et al.* *Urban gardens as a solution to energy poverty and urban heat island*. **Sustainable Cities and Society**, v. 14, n.1, p. 323-333, 2015.

VICENTE, L; CARDOSO, A.C. **Rastreando manifestações do Urbano Natural na Belém Insular**. Belém: PROPESP/UFPA, 2018.